



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 27ª  
(VIGÉSIMA SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 13 DE ABRIL DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Jaqueline Roriz a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 67, de 15/04/2010, juntamente com a ata sucinta da 27ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 26ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na quinta-feira passada, nós fizemos um acordo com o Presidente da Casa, Deputado Cabo Patrício, do qual V.Exa. também está ciente, sobre o projeto de lei que trata dos puxadinhos. Havia uma mensagem anterior do Governador Wilson Lima, que hoje está aí. É a Mensagem nº 49, que altera o prazo para adequação às leis.

Há vários comerciantes aqui, empresários que geram emprego, que fomentam a economia da cidade com restaurantes, venda de vários produtos, bares, academias de ginástica, pizzarias, vários artigos. Eles ocupam a comercial da Asa Sul.

Eu gostaria de fazer um pedido a V.Exa.: que incluísse o projeto em pauta assim como foi combinado, para que, na hora em que houvesse *quorum*, nós pudéssemos analisar essa medida.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Rôney Nemer. Eu acho que esse é um desejo de todos, principalmente da população, porque ali estão os geradores de emprego e de renda.

Esta Presidência determina à Assessoria de Plenário que faça colocar na pauta de hoje o projeto de lei que altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008.

Acuso a presença em plenário dos Deputados Raad Massouh, Rôney Nemer, Aguinaldo de Jesus, Aylton Gomes, Jaqueline Roriz, Milton Barbosa e Batista das Cooperativas.

Eu faço um apelo aos senhores Parlamentares que estejam em seus gabinetes para que venham ao plenário, porque matérias há para serem votadas, e precisamos votar.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



21-A

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2010

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO

EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_

CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 151/2010

PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS	PRB	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PRP	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	--	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	TOTAL		16	01		05	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Milton Barbosa

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Estão presentes 11 Deputados.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste momento eu vou ler nesta Tribuna a carta que eu estou endereçando e remetendo aos Srs. membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Codeplan que traz como assunto o meu desligamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

“Brasília, 13 de abril de 2010. Aos Senhores membros da CPI da Codeplan.

Solicito o meu desligamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Câmara não possui, aos olhos da sociedade, isenção e legitimidade para investigar este esquema de corrupção que saqueou o dinheiro do contribuinte do Distrito Federal.

Além disso, todas as pessoas convocadas a depor na CPI vêm amparadas por *habeas corpus*. Vivemos na República dos *habeas corpus*. Respeito, mas discordo. Penso que o direito individual jamais pode se sobrepor ao direito coletivo.

Agradeço a acolhida e o respeito com que fui tratado enquanto membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao tempo em que destaco a seriedade da condução dos trabalhos por todos os membros, de forma conjunta, enquanto lá estive.

Atenciosamente, Deputado Reguffe.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigado, Deputado Reguffe.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus. (Pausa.)

Como última tentativa para salvar a sessão de hoje, vou suspender a sessão por 20 minutos, ao término dos quais, se não houver *quorum*, vou declará-la encerrada.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 67, de 15/04/2010, juntamente com a ata sucinta da 27ª Sessão Ordinária.)

Então, suspenderemos a sessão por vinte minutos, até que haja *quorum*.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que V.Exa. já fez o apelo, mas eu queria que V.Exa. renovasse o apelo aos Parlamentares que se encontram trabalhando nos gabinetes para que estejam aqui presentes, porque temos vários projetos importantes, como créditos suplementares de interesse de todos, e também a Mensagem do Governo nº 49, referente ao Projeto de Lei nº 151, que altera o prazo da adequação de todo o comércio da Asa Sul. Portanto, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que faça esse apelo aos Parlamentares, sei que já o fez, mas que insista, para que possamos efetivamente funcionar e mostrar para a sociedade que estamos aqui para trabalhar. Há 11 Parlamentares presentes, observado pela Deputada Jaqueline Roriz quando da verificação de *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Sem dúvida, Deputado Rôney Nemer. O que há é o seguinte: ultimamente, nos últimos trinta dias, nós só comemos, bebemos, lanchamos eleição. Isso está fazendo com que as pessoas se descuidem da obrigação fundamental que o Parlamentar tem, que é votar os projetos. Não temos votado quase projeto nenhum. Isso é ruim. Pelo menos nas tardes de terça, quarta e quinta, que votemos o que temos de votar. Que projeto mais importante temos para votar a não ser este que está aqui que prorroga o prazo para adaptação aos puxadinhos? Então, vamos votar.

Portanto, faço um apelo, Deputado Rôney Nemer – deferindo a solicitação de V.Exa. –, aos Deputados que estejam em seus gabinetes ou na rua – que as assessorias façam contato com eles – para que venham à Câmara, porque neste momento o local de trabalho é aqui. Tenho notado falta de algumas figuras que não têm vindo aqui. Não quero – para não me taxarem de que não sou colega – citar o nome dessas pessoas que não têm andado por aqui.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse fato, durante anos, eu mesmo já o comentei por diversas vezes e reclamei da falta de comprometimento dos Parlamentares com o horário da nossa sessão, que ocorre terça, quarta e quinta-feira. Acho que todos os dias são muito importantes, mas nesses três dias deveria ser uma obrigação do Parlamentar estar aqui, não pela vontade própria, mas pela vontade dos companheiros e pela vontade da nossa população. Até mesmo em respeito a esse pessoal que está nas galerias, que são todos, na sua grande maioria, empresários e comerciantes que estão deixando os seus estabelecimentos comerciais para estarem aqui reivindicando uma coisa que é de direito deles.

Portanto, eu gostaria, também, de me somar a V.Exa. e pedir pelo microfone, ou até mesmo mandar uma pessoa de V.Exa. aos Gabinetes solicitar a presença dos demais Deputados.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acho que, além de tudo que o Deputado Raad Massouh falou, ainda digo o seguinte: não faz mais que a obrigação de estarem aqui; pelo simples fato de estarmos recebendo pelos cofres públicos nossos salários, temos a obrigação de estarmos presentes a esta sessão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero observar, com a paciência de V.Exa., o seguinte: esta Casa esforçou-se, V.Exa. sabe imensamente, em entendimentos aqui e ali, contemporizando direitos, fazendo adequar a legislação vigente com a geração de emprego e renda, fazendo respeitar efetivamente o direito de vizinhança; esta Casa trabalhou a fundo, posso dizer, a Liderança do Partido dos Trabalhadores trabalhou, item por item, no sentido da regularização possível.

Quero fazer um registro, Sr. Presidente. O Governo não fez a sua parte, e agora a Casa Legislativa, de novo – esta Casa que é sempre a mais criticada, onde os problemas todos vêm repousar, diga-se assim, para livrar o Executivo das manchetes dos jornais –, novamente, vai precisar operar a prorrogação, porque o Governo não fez o seu dever de casa. É preciso que se diga isso. Eu quero deixar registrado isso, Sr. Presidente. É necessário. Cada parlamentar se esforçou com sua tese, com seus entendimentos. Quantas vezes sentamos à Mesa e discutimos com os sindicatos, com os moradores, com as prefeituras comunitárias para contemporizar direitos? E o Governo, esse tempo todo, passado todo esse tempo, nada fez, atrasando a aprovação dos projetos e fazendo com que tenhamos, mais uma vez, que encontrar uma alternativa, porque não é possível tratar trabalhador como se fosse bandido. Então, Sr. Presidente, quero fazer o registro desse meu protesto.

Sr. Presidente, está para ser votado no Congresso Nacional o projeto chamado Ficha Limpa. Ele está pronto para ser votado não exatamente como foi proposto, mas com adequações próprias da Constituição Federal, sob a liderança do Presidente Michel Temer, constitucionalista emérito – V.Exa. sabe disse. Foi pedido vista. Nós estamos apresentando aqui uma moção, com todo respeito àqueles que têm teses diferentes, pois esta casa é plural e é importante o debate. Eu quero apresentar uma moção hoje e pedir que ela seja votada ainda hoje, caso seja possível. A moção manifesta apoio à votação imediata no Congresso Nacional do projeto de lei complementar que estabelece a necessidade de ficha limpa para os candidatos às eleições. Nós já conseguimos, Sr. Presidente, que o TSE divulgasse no Brasil inteiro as fichas de todos os candidatos e candidatas. Agora queremos que o Congresso Nacional aprove esse projeto louvável da sociedade brasileira e da CNBB.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Agradeço ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria reafirmar e elogiar o Deputado Chico Leite pela sua iniciativa e me somar a V.Exa. nessa iniciativa. Parabéns, Deputado Chico Leite! Eu acho que esse é o caminho da nossa política.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Muito obrigado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para uma questão de ordem.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a gentileza de V.Exa. Não faz mal que se chame de questão de ordem desde que a mensagem possa realmente ser dada.

Eu não poderia deixar de me manifestar sobre a questão dos puxadinhos, que traz aqui hoje um grupo considerável de pessoas. Eu tenho a oportunidade de dizer que este é um assunto que eu não digo que domino, porque ninguém domina nenhum assunto, mas é um assunto que eu conheço, porque trabalhei nele quando se tratava, nesta Casa, da questão dos puxadinhos da Asa Sul e agora estou inteiramente envolvida na questão dos puxadinhos da Asa Norte, que são questões diferentes inclusive. Estou aprendendo muito com isso.

Então, Deputado Chico Leite, quando ouvimos dizer sempre que é só o governo que não resolveu os problemas, há um terceiro componente do qual ninguém fala, que é a burocracia. Eu conheço inúmeras pessoas com comércio com puxadinho na Asa Sul loucas para resolver os problemas, mas os proprietários são inadimplentes, têm dívidas insanáveis e não querem resolver nem negociar, e o ocupante, o locatário é quem está sendo o grande prejudicado.

Então, eu acho que esta Casa tem que se debruçar sobre isso, nem que seja para dividir realmente as questões: trate o proprietário de um jeito e trate o locatário, se ele é cumpridor dos seus deveres, cumpridor das suas obrigações, de outra maneira. Não podemos deixar o locatário ficar à mercê daquilo que o proprietário quer fazer. Há muita gente que mora fora de Brasília e que não está nem se interessando por isso. Aconteça o que acontecer, ele sabe que tem o imóvel. No dia em que ele pensar em vender, ele pode dizer: "Não quero agora. Isso vai dar mais dinheiro para o futuro." Ou então: "Isso é para os meus netos." E o pobre do locatário, que não tem como comprar, e mesmo que queira, não há espaço para ele comprar, para se estabelecer onde está, está fazendo aquele papel da verdadeira luta, da verdadeira briga entre o mar e o rochedo. Ele está realmente sofrendo com isso.

Então, acho que não só é necessário, sim, que se prorrogue esse prazo, mas também que, nessa prorrogação de prazo, estude-se intensamente por que as ações não têm dado certo e onde é que a coisa realmente emperra e que não se deixe de colocar na agenda a questão proprietário *versus* locatário, pois o proprietário, muitas vezes, está sendo a pedra no caminho do locatário. Não é só a questão entre locatário e Governo. Há um terceiro no meio, que tem atrapalhado muito em muitos dos casos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Legislação é isso. Se uma legislação está emperrada, é porque deve haver alguma coisa errada, e temos que revê-la. Quando uma legislação está boa, ela flui, já que não há ninguém que tenha interesse em ficar enrolando, trabalhando de forma desordenada ou sujeito a não dormir de noite pensando que, de manhã, vão fechar o seu negócio. Isso realmente não existe. Se não funciona, precisa ser revista, porque algo errado existe. Eu acho que é nisso que a Casa deve se debruçar. Esse, realmente, é o nosso dever.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigado, Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer duas considerações. Na realidade, eu gostaria de falar sobre a eleição indireta nesta Casa, que será realizada no sábado próximo, e sobre o pronunciamento do nobre Deputado Reguffe.

Eu protelei o meu momento de fala com relação à CPI porque eu estava aguardando a chegada do Deputado Raimundo Ribeiro, uma vez que S.Exa. é membro efetivo também dessa CPI. O Deputado acaba de me avisar que está chegando a esta Casa, mas, como V.Exa. informou, a sessão será suspensa por 20 minutos se não houver *quorum*. Se houver *quorum*, nós daremos toda celeridade com certeza. Deputado Rôney Nemer, se tivermos *quorum*, não há por que suspender.

Eu queria me pronunciar em cima do que o Deputado Reguffe mencionou há instantes. Primeiro, quero parabenizar S.Exa. pela atuação que tem tido nessa comissão, de uma forma clara, transparente, buscando contribuir com todos os trabalhos da CPI, os trabalhos proativos. Eu quero deixar claras as minhas dificuldades também nessa CPI. Desde o primeiro momento, nós temos participado dessa CPI, que já teve alternância de dois presidentes e declínio de outro parlamentar. Fizemos a recomposição dessa CPI três vezes. Tivemos várias dificuldades, até em virtude das dificuldades que o próprio momento exigia, e elas foram superadas. Hoje vejo a CPI como algo muito complexo, uma vez que já estávamos no caminho. O Deputado Raimundo Ribeiro acabou de chegar. Eu estava justificando a sua ausência, dizendo que V.Exa. estava chegando à Casa, Deputado.

Hoje, quando a CPI passa por um momento de formatação novamente — nós teremos reunião amanhã, às 10h da manhã, para eleger o Presidente da CPI novamente, pela terceira vez, e já temos a adesão do Deputado Paulo Roriz —, temos um instrumento novo, que é o declínio de V.Exa. Entendo por que V.Exa. declinou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

desta CPI. É o mesmo pensamento que eu tenho. O Judiciário, seja o STJ, seja o Ministério Público, seja a Polícia Federal, tem feito ações muito à frente da CPI e até acho que não poderia ser diferente, uma vez que a CPI nasceu em virtude de um inquérito já instaurado, e não o contrário. Nós não criamos a CPI, nós não constituímos, Deputada Jaqueline Roriz, essa CPI em virtude... O inquérito não surgiu em virtude da CPI, e sim o contrário. Então, acho que nós, os membros, Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Paulo Tadeu e Deputado Paulo Roriz, temos que fazer uma reflexão, no dia de amanhã, para vermos efetivamente os rumos que daremos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero ressaltar e agradecer as suas colocações. Realmente esta Comissão tem feito de tudo para buscar êxito, para trazer uma resposta para a sociedade. Esta Comissão teve a oportunidade de ouvir de uma forma muito tímida o depoente Durval, uma vez que ele teve o direito adquirido do *habeas corpus*. Houve outro depoente que usou o artifício, usou o direito constitucional do *habeas corpus*. Se nós temos uma república do *habeas corpus* no País – e temos –, fica muito difícil uma Comissão Parlamentar de Inquérito atuar livremente. Então, eu queria falar isso aqui e amanhã ver de que maneira buscaremos deliberar sobre a continuidade desta Comissão, com a qual, eu confesso a V.Exa e a todos, estou preocupado.

Eu queria parabenizar esta Casa, a Mesa Diretora e todos os Parlamentares pela condução das ações que tivemos hoje pela manhã, quando a Mesa Diretora se reuniu com outros Parlamentares, lideranças, enfim, e nós conseguimos buscar o melhor caminho para sairmos de um momento difícil, para sairmos de um momento de dificuldade que não só o mundo político de Brasília vive, mas toda a sociedade.

Sempre que eu falo isso, Deputado Chico Leite, eu faço questão de dizer que o povo de Brasília não merece o que está acontecendo. Brasília não merece o que está acontecendo. Os empresários que estão aí, que são o motor da economia, não merecem que a Câmara hoje não tenha *quorum* para votar o projeto deles. E quero até dizer que nós teremos *quorum*. Eu vejo que tem chegado Parlamentar, o que aumenta o *quorum*, e nós vamos votar, se Deus quiser, o projeto de vocês.

Hoje, a Casa deliberou pela seguinte solução: nós tivemos 10 chapas inscritas, 10 partidos, coligações inclusive. Duas dessas chapas não apresentaram toda a documentação exigida, o que é um vício insanável, e uma das chapas desistiu. Portanto, às 15 horas, do dia 17 de abril, sábado próximo, realizaremos a eleição neste colegiado, que é o colegiado próprio para essa eleição, com os 24 Parlamentares. Serão 7 chapas disputando o término deste Governo.

Quero, desde já, conclamar a todos os Parlamentares, se me permitirem, somar todos os Parlamentares, porque esta Casa irá escolher o melhor nome, o melhor plano de governo para Brasília, irá escolher e precisa escolher, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Milton Barbosa, o melhor para o Distrito Federal. Estou torcendo e vou contribuir para que isso aconteça no sábado.

Hoje, eu fiquei muito feliz ao aprovarmos as 7 chapas, ao deixarmos uma eleição pavimentada, para que seja feito o melhor para o Distrito Federal, no sábado, às 15 horas. Parabéns a todos!

São essas as considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de aproveitar para falar sobre a questão da CPI e do pedido de desligamento do Deputado Reguffe. Eu tenho aqui uma cópia do memorando em que S.Exa. coloca uma série de razões para solicitar o seu desligamento.

Eu quero parabenizar V.Exa., Deputado, pela coragem de dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está bem atrás dos órgãos de controle social que têm a função primordial da investigação. Nós constituímos uma CPI tão logo estourou o escândalo da Caixa de Pandora. Lembro-me de que foi no dia 27 de novembro e no dia 29 de novembro já estávamos reunidos. E os 22 Deputados Distritais assinaram o pedido para a instalação da CPI. Só que temos que verificar que uma CPI se presta para subsidiar, para levar elementos para o órgão de controle social tomar as providências adequadas. No caso está acontecendo exatamente o contrário, ou seja, os órgãos de controle social estão muito mais avançados nas investigações, até porque as iniciaram primeiro e em segredo de justiça. Portanto, essa CPI, em função disso, já nasceu com essas dificuldades. As dificuldades apareceram posteriormente também porque existem várias peças, segundo dizem, que estão correndo em segredo de justiça, fazendo com que essa CPI nunca consiga ter um quadro completo e real dos fatos.

Portanto, eu quero parabenizar V.Exa. e entendo que devemos discutir novamente o papel da referida CPI. Se me permite V.Exa., a única discordância que faço é quando, logo de início, V.Exa. diz que aos olhos da sociedade a Câmara Legislativa não tem o poder para investigar. Eu entendo que não é aos olhos da sociedade, até porque a sociedade é constituída de vários segmentos sociais, com os quais, a todo o momento, mantemos contato. Não só eu, mas V.Exa., a Deputada Jaqueline Roriz, o Deputado Batista das Cooperativas, o Deputado Milton Barbosa, e o que percebemos é que a sociedade, sim, continua acreditando em sua Casa Legislativa, apesar de ela sofrer muitas críticas, algumas justas, algumas injustas. Mas a sociedade como um todo não desacredita o trabalho que está sendo feito por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

esta Casa. Pode ser que eventualmente alguns setores organizados da sociedade que tiveram os seus interesses contrariados estejam insatisfeitos; disso eu não tenho dúvida nenhuma. Mas essas pessoas não respondem pela sociedade. Quem responde primeiro são aquelas pessoas que receberam o voto dessa mesma sociedade, e aqui nós temos o somatório desses votos.

Eu quero dizer também que V.Exa. faz algumas observações acerca de um instituto que temos chamado *habeas corpus*. Realmente é um instituto que qualquer sociedade democrática deve possuir. Se, às vezes, ele é utilizado de forma indevida, é porque a lei tem que ser abstrata. Como a lei é feita em tese, só encontramos dificuldade no momento em que a aplicamos ao caso concreto. Então, aquelas pessoas que hoje se valem do *habeas corpus* se valem porque conseguimos uma grande vitória: permitir a inserção, no texto constitucional, na Carta política de 1988, do direito de as pessoas permanecerem caladas quando estão enfrentando algum processo judicial. Elas não precisam produzir provas contra si mesmas.

Então, parece-me que o *habeas corpus* não merece a crítica, pois ele é um instituto de que nós precisamos numa sociedade democrática. Ele tem o poder exatamente de responder a uma situação que vivíamos antes de 1985 quando o Brasil vivia uma fase tenebrosa e os detentores circunstanciais do poder político faziam o que queriam neste País. Foi um grande avanço e acho que temos, sim, que repudiar a crítica ao *habeas corpus*. Mas parabenizo V.Exa. pela coragem de mostrar que realmente a CPI está sempre andando atrás dos órgãos de controle social, quando na verdade deveria estar andando à frente. Porém, pelas circunstâncias isso não foi possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Eu quero acusar a presença do Deputado Alírio Neto, do Deputado Aguinaldo de Jesus – já esteve aqui –, do Deputado Paulo Roriz, do Deputado Paulo Tadeu, do Deputado Rogério Ulysses e do Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Na verdade, Sr. Presidente, agradeço V.Exa. pela oportunidade de utilizar o microfone. Eu estava acompanhando atentamente a fala do Deputado Raimundo Ribeiro, do Deputado Batista das Cooperativas e queria me colocar à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito para esclarecer todos os fatos que envolvem o meu nome na Operação Caixa de Pandora. Já prestei os esclarecimentos à Polícia Federal, à Comissão de Ética quando apresentei os extratos das buscas e apreensões, que demonstraram que nenhum item apreendido na minha casa e no meu gabinete possui qualquer vínculo com os escândalos que estão ocorrendo no Distrito Federal, com essa investigação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Independentemente dos rumos que a CPI tomar, quero dizer que estou à disposição dessa comissão, porque tenho certeza de que, quanto mais oportunidades eu tiver de mostrar a minha versão dos fatos, mais rapidamente eu provarei a minha inocência e resgatarei a minha dignidade, os meus direitos políticos, podendo viver como todo cidadão do Distrito Federal.

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Eu queria dizer que nossos apelos foram atendidos e já há *quorum* para votação. Daqui a pouco iniciaremos o processo de votação.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aproveitando as palavras do meu colega Deputado Rogério Ulysses, também quero dizer que fico até com pena se a CPI for realmente desfeita, porque eu acho que, para nós, aqueles que não têm nada a temer, nada – e eu me incluo nestes que não têm nada a temer-, quanto mais investigação for feita, mais salvo-conduto colecionaremos.

Então, será uma pena se a investigação da CPI for realmente interrompida.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria pedir a V.Exa. que coloque o projeto como primeiro item da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Deputado, já avisei que vamos colocá-lo em primeiro turno daqui a pouco.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, venho aqui para tratar do assunto que nós ousamos aqui denominar de CPI da Corrupção e que depois de um debate interno se transformou na CPI da Codeplan.

Eu, que ocupo essa Comissão Parlamentar de Inquérito por ter sido indicado pela minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, e que hoje nela exerço a função de Relator, venho aqui externar a nossa preocupação com relação ao futuro dos trabalhos da comissão. Eu tenho acompanhado, Deputado Milton



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Barbosa, as dificuldades que nós estamos enfrentando desde o primeiro momento na CPI. Nela já entraram os mais diversos membros e dela saíram, não é, Deputado Batista das Cooperativas? Entrou um, saiu, entrou outro, saiu, entrou outro, saiu, e a gente vem enfrentando uma série de dificuldades para ter uma equipe de Deputados e uma equipe de técnicos que deem prosseguimento às investigações.

Concordo quando se diz que, de fato, nos principais depoimentos dessa primeira fase de investigação da CPI, os depoentes chegaram aqui com o chamado *habeas corpus* para permanecerem calados. Esse é um direito constitucional dessas pessoas. Portanto, não cabe a essa comissão ou a este parlamentar questionar um direito que é direito constitucional deles. Neste país, Deputado Raimundo Ribeiro, já se utilizou de outras formas para arrancar de pessoas inocentes, ou mesmo de pessoas que não eram inocentes, através do processo de tortura e de outros processos, confissões. Mas esses processos não cabem agora neste Estado Democrático de Direito. Muitos aqui lutaram para que chegássemos aonde chegamos. Qualquer investigação, seja ela feita pela CPI, seja pela Polícia Federal, seja pelo Ministério Público – V.Exa., Deputado Milton Barbosa, que tem a experiência de Delegado de Polícia, hoje exercendo a função de Parlamentar, sabe como é uma investigação –, é composta de diversos procedimentos. Um deles é o processo de oitiva, realizado com os depoentes, mas existem outros processos. A CPI tem realmente encontrado dificuldades para coletar os depoimentos. Inclusive instituímos o processo de depoimentos por escrito, oitivas por escrito, que pode culminar de novo com o silêncio dos depoentes.

A CPI tem ainda outros instrumentos de investigação, como, por exemplo, a análise dos documentos dos diversos contratos que já chegaram aqui nesta Casa e que mostram claramente um esquema de favorecimento, mostram claramente, Deputado Paulo Roriz, um processo de desvio de todas as normas deste País no que se refere à licitação. Isso a CPI pode descobrir, isso a CPI pode investigar. Ela pode quebrar o sigilo bancário e telefônico, ela pode fazer as análises documentais e chegar a uma conclusão. A CPI pode fazer isso. Não fazer é desmoralizar esta Casa! Não fazer a investigação é dar um passo para a intervenção que esta Casa e esta cidade ainda correm o risco de sofrer.

Quero aqui dizer, da mesma forma que eu disse na semana passada, à Deputada Eliana Pedrosa que ela tem todo o direito, como tem também o Deputado Reguffe, de sair da CPI, por vários motivos.

Não quero questionar qual motivo levou um ou outro a sair da CPI. Agora, parar as investigações nós não temos direito. A Câmara Legislativa tem, sim, o dever de investigar, porque somos uma instituição. Podemos até ter Parlamentares, Deputada Jaqueline Roriz, envolvidos nesse esquema de corrupção, mas, mesmo assim, ela continuará existindo, independentemente desse conjunto de Parlamentares que aqui estão. A não ser para alguns que defendem, inclusive, o fechamento deste Poder Legislativo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Não posso aceitar que agora as pessoas queiram sepultar uma CPI. Esta Legislatura tem um histórico de CPIs extremamente fragilizado. Tivemos a CPI dos Cemitérios, em que o Deputado Reguffe saiu, antes do seu final, acusando-a de não ter legitimidade ou de não ter a seriedade necessária para investigar o esquema dos cemitérios de Brasília.

Tivemos outra CPI, se não me engano, para investigar o esquema da Gautama, aquela empreiteira que teve aquele rolo todo. Tivemos até um Parlamentar que precisou renunciar naquele período. Aquela Comissão também ficou extremamente fragilizada.

Tivemos uma série de outras CPIs que foram abertas e, em seguida, fechadas, sem sequer iniciar os seus trabalhos. Por exemplo, a CPI do BRB, se não em engano, Deputada Eurides Brito. Tivemos também a discussão da CPI da OAB, das fraudes da OAB, que também não conseguimos realizar.

E agora começamos as investigações na CPI da Codeplan, que é a CPI da Corrupção. Já foi designado, inclusive, um arco de investigações para facilitar o seu trabalho, usando a tecnologia da informação. Eu, como Relator, tenho a convicção de que dá para fazermos um bom trabalho. Dá para fazermos um bom trabalho, sim. Podemos apresentar um bom relatório.

Agora, a CPI só existe pela vontade do Plenário e pela vontade da maioria desta Casa. Eu e a Deputada Jaqueline Roriz – lembro muito bem que, naquela reunião realizada no mês de dezembro ou de janeiro – colocamos a nossa preocupação, naquele momento, com essa CPI e apontávamos para duas soluções: o processo por quebra de decoro parlamentar, com relação aos Parlamentares, e o processo de *impeachment* do Governador. A maioria dos Parlamentares desta Casa se contrapôs à nossa opinião. O Deputado Reguffe foi um deles, naquele momento, defendendo a CPI. Enfim, vários Deputados.

Quero dizer, Deputado Reguffe, que é uma pena que V.Exa. queira sair da CPI, porque podemos fazer um bom trabalho apesar de todas as dificuldades. Mas entendo e respeito a opinião de V.Exa. Só não posso concordar quando V.Exa. diz que esta Casa não tem legitimidade para investigar as denúncias. Ela tem. A Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal garantem a esta Casa, Deputado Cabo Patrício, o direito de investigar.

Quero dizer que tenho total legitimidade para investigar. Primeiro, porque sou convicto de que não tenho nenhuma participação nesse esquema fraudulento que levou o Governador à prisão e outros políticos à renúncia e que precisa ser investigado.

Faço um chamado a este Plenário para que continuemos as investigações. Este Plenário tem a obrigação de garantir o funcionamento dessa CPI.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Agora, como eu disse, temos aqui uma correlação de forças. Há a vontade da maioria. Isso é democrático. Mas enterrar a CPI é dar um verdadeiro passo para que esta Casa se desmoralize. Depois, ninguém terá o que questionar caso venha a intervenção federal em nossa cidade.

Era isso o que eu queria dizer, fazendo a minha avaliação de mais uma renúncia na CPI, a do Deputado Reguffe. Lamento muito, pois S.Exa. vinha contribuindo com os trabalhos. Agora, temos de nos recompor e continuar trabalhando para que esta CPI não morra antes de terminar, com o relatório final.

Era isso, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Eu gostaria de consultar os Deputados se alguém gostaria de usar a palavra nos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Eu gostaria de saber se há acordo para apreciação do projeto dos puxadinhos nesta tarde. As pessoas interessadas estão na galeria. (Pausa.)

Como não houve manifestação, solicito à Assessoria de Plenário que traga o projeto à Mesa para iniciarmos o processo de discussão e votação.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do PDT, darei unanimidade para que votemos o projeto hoje, em respeito a todos os comerciantes do Distrito Federal, que geram emprego aqui. Há vetos que estão trancando a pauta. Já votei contrariamente à matéria e farei o mesmo nesta tarde, apesar de permitir a votação, por discordar de várias coisas que constam no projeto e que não agradam nem a comerciantes nem a moradores. Nos bares, por exemplo, se tivesse que liberar alguma parte, deveria ser liberada a frente, como em várias cidades do mundo, onde se colocam as mesas para que as pessoas possam se socializar, com entretenimento e lazer. Na parte de trás, muitas vezes há prejuízo para os moradores, que perdem a sua tranquilidade.

Defendo o oposto do que diz o projeto. Defendo que haja a liberação da parte da frente e não da de trás. A não ser que houvesse um isolamento acústico, ou seja, que fosse fechada. Essa é minha posição. Penso que o projeto não agrada aos moradores do Distrito Federal nem aos comerciantes. É um projeto que desempregou algumas pessoas. Por isso, o meu voto é contrário. Em respeito a muitos comerciantes que vieram falar comigo, liberarei a pauta. Mas discordo do projeto, pois, na minha opinião, ele não agrada nem aos comerciantes nem aos moradores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Reguffe, no momento da discussão e da votação, V.Exa. poderá se posicionar. Se desejar, V.Exa. poderá declarar o voto.

Agradeço a V.Exa. a liberação da pauta, por causa dos vetos. Colocaremos o projeto em processo de discussão e votação.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria de fazer um esclarecimento ao Deputado Reguffe. Brasília tem, em seu projeto original, uma contradição com relação aos comércios locais nas superquadras. Aquilo que, no projeto original, seria a frente está voltado para os prédios. A parte que hoje é usada como frente do comércio é área que está voltada para o estacionamento. Portanto, temos uma contradição nesse ponto.

A segunda colocação que eu gostaria de fazer é que, incondicionalmente, apoio a geração de riquezas no Distrito Federal e acho que os bares e restaurantes do Distrito Federal geram riqueza. Portanto, o projeto terá meu apoio, como teve o projeto original desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Alírio Neto.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 151, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências”.

Não há parecer da CAF nem da CCJ.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 151, de 2010, que “altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Comércio Local Sul, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências”.

Esta Comissão analisa que é viável, é uma lei que vem em consonância com o clamor da sociedade, do setor produtivo, do setor de geração de emprego. Portanto, o parecer é favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 151, de 2010.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Proferido o parecer pela Comissão de Assuntos Fundiários.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 151, de 2010, que “altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências”.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade do projeto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o PLC nº 151, de 2001.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que sou um frequentador dos estabelecimentos comerciais do Plano Piloto, quero registrar o Beirute como um bar histórico dessa cidade, o Libanus e tantos outros bares que funcionam no Plano Piloto, na Asa Sul e na Asa Norte.

É uma hipocrisia, é uma ignorância se não oferecermos para Brasília uma alternativa racional de funcionamento desse comércio. Esse projeto pode não ser o projeto ideal. O projeto ideal foi apresentado pelos comerciantes, e grandes pontos do projeto apresentado pelos comerciantes não foram contemplados. Este projeto está muito aquém da expectativa do comércio e das necessidades do Plano Piloto, mas já contempla em parte a necessidade do comércio e possibilita que o comerciante saia da marginalidade. É uma vergonha a forma como esses comerciantes são muitas vezes humilhados pela fiscalização, que os trata como pessoas que invadem área pública e que desrespeitam o patrimônio do Distrito Federal. Na minha avaliação, eles são o verdadeiro patrimônio, porque eles dão vida ao comércio de Brasília, merecem o nosso respeito e por isso terão meu voto favorável ao projeto dos puxadinhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Rogério Ulysses.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – A minha discussão é só no sentido de que acho que no ano que vem os Parlamentares estarão votando outro projeto alterando este aqui. Um ano é muito pouco para tanta complexidade que existe na matéria. A meu sentir, não foi discutido e havia necessidade urgente de se votar. Teria que ser no mínimo dois anos, no mínimo, senão três anos. Não se modifica uma situação cristalizada como está num ano só. Não vai ter condição, vai ter que se votar um novo projeto ampliando mais. Se eu estiver por aqui, acredito que devo estar, quero votar um projeto de três anos, no mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Milton Barbosa.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Na verdade, eu queria agradecer também ao Governo do Distrito Federal porque na semana passada, por intermédio do Deputado Cabo Patrício, do Deputado Paulo Tadeu e de vários pares desta Casa, nós entramos em contato com o Governo para que, efetivamente, colocasse o prazo de 30 de abril, porque a partir de janeiro estará entrando o novo Governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Deputado Milton Barbosa, vários comerciantes entraram com projeto. É preciso ter a ordem urbanística. Eu, como arquiteto urbanista, tenho que defendê-la. Os moradores têm razão em reclamar, muitas vezes, daqueles comerciantes que efetivamente os atrapalham no sono, que exageram, que acabam prejudicando a urbanidade das quadras. A grande maioria são profissionais, trabalhadores, comerciantes, que geram emprego, que alimentam várias famílias, mas a Administração não está preparada, com profissionais em quantidade suficiente para aprovar todos os projetos. Poucos projetos foram aprovados e vários foram apresentados. E o mais importante: é preciso que haja consulta a concessionárias, que demoram meses para responder.

Nós queríamos fazer emenda a esse projeto de lei para determinar prazo para essas concessionárias darem a resposta. Quando se ocupa uma área, tem que haver consulta à NOVACAP, CEB, CAESB, TELEBRASILIA, e efetivamente não pode ser no projeto de lei, mas no decreto. Nós já conversamos com o Governador e queremos que haja prazo. Não para o comerciante apresentar apenas – porque é preciso, sim, dar um norte, um limitador – mas também para o Poder Público dar a resposta, para que consigamos sanar os problemas que atingem não só os moradores, mas o comércio também.

Com isso, quem ganha? Ganha o Distrito Federal; ganha o tombamento de Brasília, que é muito importante; ganha a população da Asa Sul. Esperamos, em breve, discutir aqui também o da Asa Norte, que é uma situação um pouco atípica. Mas é preciso que nós encaremos esse problema e, efetivamente, um ano de prazo é possível para que todo mundo que ainda não se adequou faça projetos e que nós – juntos com a equipe técnica do Governo, juntos com os interessados, tanto os comerciantes quanto os conselhos comunitários, as prefeituras de quadra – possamos chegar a um denominador comum e organizar e garantir a qualidade de vida nas quadras do Plano Piloto.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, Deputado Cabo Patrício, falar da nossa posição com relação a esse projeto, que procura, Deputado Rôney Nemer, ampliar o prazo para que aquele conjunto de medidas que nós estabelecemos juntamente com a sociedade, juntamente com o Governo, seja portanto implementado.

Nós entendemos que a ampliação do prazo se faz de maneira correta porque temos conhecimento de que diversas políticas do atual Governo não foram implementadas. O Governo tinha dito aos comerciantes e a esta Câmara que iria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

implementar o Projeto Orla. Lembram-se do Projeto Orla? O Projeto Orla seria implementado exatamente como sustentação para uma política pública de retirada ou de transferência desse comércio que está nas entrequadras para o Projeto Orla. Simplesmente o Projeto Orla ainda não saiu do papel. O Governo não conseguiu garantir a esses empresários créditos bancários para que boa parte dessas mudanças fossem realizadas.

Tivemos a implementação, aqui em Brasília, daquele horário de funcionamento dos bares e restaurantes que gerou uma queda no próprio comércio. Aquele horário de funcionamento, se não me engano, de segunda até quinta-feira, um horário; no final de semana, outro horário.

Tivemos também a implementação acertada, mas discutida por parte do Governo Federal, da chamada Lei Seca. Lei certa, mas que também influenciou na própria economia da nossa cidade. A própria crise econômica que assolou boa parte deste mundo e que aqui em Brasília e no Brasil chegou com um grau menor de influência, mas Brasília também sentiu os efeitos da crise mundial. Então, este conjunto de elementos somados fez com que muitos comerciantes, muitos empresários, ainda não tivessem colocado em prática aquilo que foi aprovado nesta Casa. Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores votará favorável a este projeto.

Inclusive, na semana passada nós discutimos com o Deputado Rôney Nemer, com o Secretário de Governo e com o próprio Governador em exercício, a necessidade de ampliarmos este prazo. É importante que vá pra abril do ano que vem, porque sabemos que Brasília vive uma crise sem precedentes na sua história. Uma crise que irá fazer com que a Câmara se reúna sábado para eleger um novo Governador para um período de exercício bastante curto, para um período tampão.

Em outubro teremos uma nova eleição para elegermos um novo Governador e dessa forma esse novo Governo, espero eu, se sentará com os comerciantes, com os empresários, com a sociedade, para estabelecer definitivamente uma política que garanta o funcionamento desse setor sem maiores tropeços, sem a perseguição que muitos deles sofrem hoje com a falta de uma política pública, muitas vezes com a fiscalização fechando bares e ameaçando comerciantes. Isso nós não podemos continuar aceitando. Então, vocês contem com o nosso apoio na aprovação desse projeto. Eu espero muito que o próximo Governador possa dar uma rumo a esta discussão de maneira a termos uma solução definitiva.

Sr. Presidente, era essa a posição do Partido dos Trabalhadores com relação a esta matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Paulo Tadeu, obrigado.

Continua em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	23



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

2ª

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGUINALDO DE JESUS - PRB	✓		
ALÍRIO NETO - PPS		✓	
AYLTON GOMES - PR	✓		
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	✓		
BENEDITO DOMINGOS - PP	✓		
BENÍCIO TAVARES - PMDB		✓	
CABO PATRÍCIO - PT		✓	
CHICO LEITE - PT	✓		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		✓	
DOUTOR CHARLES - PTB		✓	
ELIANA PEDROSA - DEM	✓		
ÉRIKA KOKAY - PT			✓
EURIDES BRITO - PMDB		✓	
JAQUELINE RORIZ - PMN	✓		
MILTON BARBOSA - PSDB	✓		
PEDRO DO OVO - PRP		✓	
PAULO RORIZ - DEM		✓	
PAULO TADEU - PT		✓	
RAAD MASSOUH - DEM	✓		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB		✓	
REGUFFE - PDT	✓		
ROGÉRIO ULYSSES		✓	
RÔNEY NEMER - PMDB	✓		
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>01</b>

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   04   2010	15h30min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 6 ausências.

Está aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 151, de 2010.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação a uma moção que apresentei e que se encontra na Mesa. Solicitei ao Congresso Nacional que aprecie imediatamente o PLC que estabelece a necessidade de ficha limpa para os candidatos a eleições. A referida moção já está na Mesa e será encaminhada ao Presidente da Câmara dos Deputados assim que for apreciada. Portanto, solicito a V.Exa. que coloque em votação a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Esta Presidência informa às pessoas que se encontram nas galerias que aguardem a votação do segundo turno.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua como item extrapauta a Moção nº 540, de 2010, que homenageia policiais civis – quisera eu, também, homenagear os militares, mas não posso – e a Moção nº 539, de autoria do Deputado Chico Leite, que manifesta apoio à votação imediata do projeto ficha limpa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação de toda a pauta da Ordem do Dia, bem como do Projeto de Lei Complementar nº 151, de 2010, item extrapauta, que foi aprovado em primeiro turno e será apreciado em segundo turno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h47min.)